



DA FRONTEIRA BRASILEIRA A FRONTEIRA AMAZÔNICA: UMA REFLEXÃO HISTÓRICO- GEOGRÁFICA

FROM TO BRAZILIAN FRONTIER TO AMAZON FRONTIER: A HISTORICAL AND GEOGRAPHICAL REFLECTION

NASCIMENTO, Cláudia Pinheiro¹

RESUMO

A construção das fronteiras no Brasil se constituiu como um elemento de fundamental importância na construção da sociedade brasileira, este fenômeno, porém, não constitui um processo natural, sem intenções e vontades, mas, carrega os interesses e necessidades do modo de produção dominante. No caso do Brasil, dois momentos marcam este processo, o estabelecimento das primeiras fronteiras no período colonial, e a implantação da fronteira amazônica, ainda em curso. Este artigo tem como objetivo construir um panorama histórico geográfico do estabelecimento destas fronteiras no Brasil, no intuito de demonstrar suas características, as intenções dos grupos sociais envolvidos, as tensões geradas e as heranças deixadas como parte da formação social brasileira. Para tal, foram realizadas pesquisas bibliográficas, na busca de compreender os diferentes elementos econômicos, sociais, políticos e ideológico envolvidos no processo, assim como a sua contribuição na formação da sociedade brasileira.

Palavras-chave: Fronteira; Brasil; Amazônia; História; Geografia.

ABSTRACT

The construction of the frontiers in Brazil was constituted as an element of fundamental importance in the building of the Brazilian society, this phenomena, though, does not constitute a natural process, without intentions and wills, but, carries the interests and needs of the dominant mode of production. In Brazil's case, two moments determine this process, the establishment of the primary frontier in the colonial, and the implementation of the Amazonian frontiers, still in course. This article seeks to build a historical geographical overview of the establishment of these frontiers in Brazil, aiming to demonstrate its features, the intentions of the social groups involved, the tensions generated and the legacies left as a part of the Brazilian social formation. For such, bibliographic researches were made, in pursuit of understanding the different economical, social, political and ideological elements involved in the process, as well as its contribution to Brazilian society formation.

Keywords: Frontier; Brazil; Amazonia; History; Geography.

¹ Formada em Geografia pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e Doutora em Ciências pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (UFPA). Atualmente é professora e Coordenadora do Curso de Geografia do Centro Universitário UniProjeção. E-mail: nascimento.cp@gmail.com.br. CV LATTES: <http://lattes.cnpq.br/1591590438011074>.



Introdução

A história do Brasil, assim como, a incorporação dos seus espaços, perpassa pelo processo de construção de suas fronteiras, fato de fundamental importância na construção da sociedade brasileira. Portanto, é possível identificar dois momentos diferenciados em que ocorre o estabelecimento das fronteiras no Brasil, assim como as suas contribuições na construção da sua formação socioespacial.

O primeiro momento de estabelecimento das fronteiras no Brasil, ocorre no período colonial, com a ocupação das terras brasileiras por parte dos portugueses, cujo objetivo era atender as demandas de acumulação que o capital mercantil português impunha. A extração dos recursos naturais e a valorização dos mesmos no mercado internacional foram os responsáveis pela ocupação das áreas, pela expansão e pela retração da fronteira. O estabelecimento da fronteira neste momento, teve seu direcionamento realizado totalmente pelos interesses do mercado internacional, sem nenhuma intervenção nacional, uma vez que não existia nenhuma organização econômica, além do meio natural², instituída na sociedade capaz de interferir nos processos que se estabeleciam. O processo inicial de incorporação das terras brasileiras e a expansão de suas fronteiras, foram as responsáveis pela construção da sociedade brasileira, pois impôs um conjunto de hábitos e costumes responsáveis pela construção de sua formação social, política e econômica.

O segundo momento compreende a incorporação da fronteira amazônica, instituída como última fronteira brasileira, que vai carregar muitas das heranças deixadas na formação da sociedade brasileira, no período inicial de incorporação de suas terras. Apesar da incorporação da fronteira

amazônica estar associada a inserção do Brasil no final do século XX, no contexto da nova escala da relação capital-trabalho articulada aos interesses ao capital industrial e financeiro (BECKER, 1990a), foram as crises internas do capital no Brasil, o fator responsável pela expansão da fronteira na Amazônia.

É dentro deste contexto que este artigo é estruturado, com o objetivo de construir um panorama histórico geográfico do estabelecimento da primeira fronteira no Brasil, e da última, ainda em expansão, a amazônica. No intuito de demonstrar suas características, as intenções dos grupos sociais envolvidos, as tensões geradas e as heranças deixadas como parte da formação social brasileira.

Para tal, foram realizadas pesquisas bibliográficas, na busca de compreender os diferentes elementos econômicos, sociais, políticos e ideológico envolvidos no processo, assim como a sua contribuição na formação da sociedade brasileira.

Na busca de responder o que foi proposto o artigo foi dividido em quatro partes, mais a conclusão. O primeiro capítulo, trata de uma reflexão sobre o significado da fronteira, o segundo da importância do estudo das categorias que compõem a fronteira, a terceira parte busca realizar uma reflexão sobre a construção histórica do estabelecimento da fronteira no Brasil e de suas principais características e por fim, a quarta, trata da construção da fronteira amazônica e de suas principais motivações e características, assim como do seu processo de incorporação dentro de uma visão histórica geográfica e ideológica.

Discutindo fronteira

A fronteira é concebida no imaginário social como limite geográfico, cuja imagem traduz os limites espaciais, demográficos e econômicos de uma determinada formação social. Na antiguidade compreendiam práticas de uma sociedade rural que limitava seu território até certa extremidade para além

² O meio natural é uma designação utilizado do Milton Santos para caracterizar as sociedades que se organizam totalmente dos recursos da natureza. O autor designa esse como sendo o meio, inicial de organização das sociedades, caracterizado pela utilização de instrumentos rudimentares e pela retirada direta da natureza a sobrevivência.



da qual se via frequentemente o desconhecido (SILVA, 2008).

A origem do termo fronteira que etimologicamente vem de “front” ou “frente”, era empregada no período medieval, a partir do século XIII para estabelecer o limite temporário e flutuante que separava dois exércitos de poder nas áreas de conflito (FEBVRE, 1962 *apud* GROUPE FRONTIÈRE, 2004 *apud* SILVA, 2008). De acordo com Machado (2002, p. 2) é nos séculos XVIII e XIX que o conceito de soberania moderna foi traduzido na concepção do território do estado, como espaço limitado, e policiado pela administração soberana, o que tornou neste momento as fronteiras mais claras.

Em meados do século XVIII, os tratados ou limites entre as potências europeias passaram a utilizar dos estudos da cartografia, topografia e dos levantamentos geográficos para a demarcação dos limites, porém, somente no século XIX é que se completam as demarcações da maior parte dos limites internacionais, não somente na Europa, mas em outras partes do mundo, inclusive no Brasil (MACHADO, 2002).

De acordo com Silva (2008, p. 08) a fronteira é um perímetro instaurado por um poder, cujo projeto político tem como foco afirmar e distinguir das outras entidades territoriais. Essa visão está impregnada de uma perspectiva de orientação geopolítica, que define a fronteira como limite burocrático administrativo entre municípios, regiões, unidades da Federação ou mesmo entre Estados Nacionais. Mas essas, são as fronteiras materiais, imediatas. Pensar a fronteira dentro da dimensão estritamente geopolítica impede com que se consiga uma visão mais ampla do processo

As fronteiras são muito mais que isso, compreendem uma junção de fronteiras que se traduzem como econômicas, políticas, sociais, culturais carregadas de elementos simbólicos, resultado de um processo de construção de um determinado imaginário social (MÉLO, 1997). Para Mélo (1997, p. 69) as fronteiras devem ser consideradas

como realidades tangíveis, ou seja, como realidades efetivas e realidades de pensamento, sendo o resultado de relações de poder. Poder econômico, político, ideológico ou de outro tipo que faz com que determinados atores (como as corporações multinacionais, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional) tenham hegemonia para definir o que é necessário pensar como sendo fronteira, a manter ou a suprimir.

Sendo assim, a fronteira é um limite que se desloca à maneira do modo de produção capitalista (Courlet, 1996), tendo como condição fundamental incorporar formações não capitalistas, como forma de manutenção do sistema.

Para Luxemburgo (1988, p. 31), o capitalismo para acumular, precisa alimentar-se de modos de produção não capitalistas, mas não é qualquer forma aleatória que o satisfaz. Ele necessita de camadas sociais não capitalistas como mercado, para colocar a mais-valia, delas necessita como fonte de aquisição de seus meios de produção e como reservatório de força de trabalho para seu sistema salarial. A autora afirma que o capitalismo necessita dos novos espaços das sociedades pré-capitalistas para se definir, estes proporcionam mercados virgens para a absorção do que é tendência permanente à superprodução de mercadorias sob o capitalismo (LUXEMBURGO, 1988).

Compreende um processo que faz parte da tendência histórica do capital que é absorver e destruir os modos não capitalistas de produção, ao mesmo tempo, que utiliza os seus espaços para a acumulação do capital.

Fronteira como categoria de análise

A volatilidade é uma das principais características da fronteira, que a constitui como uma importante categoria de análise, representada pelos diferentes papéis assumidos por esta.

Para a nação, surge como símbolo e fato político de primeira grandeza, um espaço de potencial projeção para o futuro, para o capital assume o papel de espaço de projeção



de novas estruturas e de reserva energética, e para a população a possibilidade de melhora na qualidade de vida por carregar o mito dos recursos infindáveis e das terras livres, carregada da ideia de progresso (BECKER, 1988).

A fronteira compreende o espaço da expectativa de reprodução dos diferentes atores em jogo, cujas potencialidades não se encontram somente na forma de reserva natural ou energética, mas também no seu elevado potencial político. Como reserva natural, representa um espaço possível de se exercer o monopólio dos meios de produção, captação de matérias primas, mão de obra barata e terras, um espaço onde existe a possibilidade de implantar novas estruturas para a alta tecnologia (BECKER, 1988).

Sua potencialidade política se traduz na facilidade com que possibilita o Estado desempenhar sua rápida estruturação e controle, para integrá-la ao espaço global, ao mesmo tempo que, na dimensão ideológica, manipula a imagem do espaço como alternativo (BECKER, 1988).

As potencialidades da fronteira apresentam o tempo e o espaço como seus aliados, compreendendo seus campos de ação. O espaço é o local onde ocorre a interação entre as diferentes ações e suas intencionalidades e o conjunto de objetos e suas técnicas.

A interação entre o conjunto de ações e o conjunto de objetos vai originar o espaço social amazônico, criado pelos diferentes atores que compõem a sua sociedade, refletindo as suas diferentes intencionalidades. A escala espacial é inerente a escala temporal na fronteira, esta apresenta um tempo diferente do resto do território nacional, mais acelerada, onde se sucedem mais rapidamente as inovações tecnológicas (BECKER, 1990; COURLET, 1996).

Este fato está associado a fronteira ser o local de expansão do capitalismo (LUXEMBURGO, 1988), que impõe seu ritmo abreviando os processos das sociedades preexistentes, o que leva ao remodelamento do espaço segundo as necessidades do capital.

Isso acarreta na construção de um espaço onde é preciso conviver diferentes atores, com tempos diferentes e interesses diferentes.

A fronteira compreende essencialmente o lugar da alteridade (MARTINS, 2014), o que faz dela uma realidade singular. Compreende à primeira vista o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, sejam eles índios, grandes proprietários de terra ou camponeses pobres. O que leva a conflitos decorrentes das diferentes concepções e visões de mundo de cada um dos grupos humanos envolvidos.

O maior desencontro na fronteira está associado ao desencontro de temporalidades históricas (MARTINS, 2014), pois cada grupo social envolvido na constituição da fronteira está situado diversamente no tempo da história. Este fato está associado, segundo COURLET (1996) a acumulação capitalista, que na tentativa de abreviar o processo histórico e interativo de constituição do espaço, transpõe traços característicos das regiões centrais para a periferia, provocando efeitos negativos sendo uma das causas da violência que caracteriza as regiões de fronteira dos países subdesenvolvidos.

Cada um dos grupos sociais envolvidos na construção da fronteira tem seu próprio tempo histórico, se considerarmos a sua inserção na fronteira econômica e suas modalidades de desenvolvimento de modos de vida, é preciso, porém, considerar também as várias formas de pensamento e condutas que definem a individualidade das pessoas e a identidade dos grupos participantes do processo.

A superposição do tempo de reprodução do capital sobre as diferentes temporalidades presente na fronteira, acaba por extinguir não somente com a economia dos grupos sociais envolvidos, mas também, com seus modos de vida e com a identidade destes grupos.

De acordo com Martins (2014, p.80) isto ocorre, porque o tempo de reprodução da fronteira segue a lógica do modo de reprodução do capital, que compreende o tempo da contradição de interesses opostos, como das classes sociais, mas também de



temporalidades desencontradas que incluem realidades sociais que se desenvolvem em ritmos diferentes mesmo estando submetidas as mesmas condições.

Sendo assim, a implantação das relações capitalistas na fronteira é acompanhada da destruição e da remodelagem das demais relações sociais não capitalistas presentes na região.

Contexto histórico do estabelecimento da fronteira no Brasil

A colonização das terras brasileiras por parte de Portugal foi o elemento propulsor para o estabelecimento de suas fronteiras, como o interesse concentrava-se, sobretudo, na exportação de produtos primários, algumas regiões brasileiras apresentavam condições naturais mais propícias e foram inicialmente mais exploradas.

O estabelecimento das primeiras fronteiras no Brasil não pode ser dissociado das necessidades que surgiam no mercado internacional neste momento, o quadro político e econômico europeu esteve associado a todos os processos de implantação colonial no Brasil, a desintegração do feudalismo na Europa e a passagem para o modo de produção capitalista, trouxe consigo desintegrações necessárias para o estabelecimento do novo modo de produção (MELLO, 1986).

Nesta fase intermediária em que a expansão das relações mercantis promovia a superação da economia dominial e a transição do regime servil para o assalariado, o capital mercantil encontrava obstáculos para manter o ritmo de expansão e ascensão social, daí no plano econômico, a necessidade de apoios externos, neste caso, as economias coloniais para fomentar a acumulação, e no plano político a centralização do poder para unificar o mercado internacional e mobilizar recursos para o desenvolvimento (MELLO, 1986).

Segundo Mello (1986, p. 39) a economia colonial surge para cumprir a função de instrumento de acumulação primitiva de capital, estabelecendo

mecanismos capazes de ajustar a economia colonial a mecanismos de exploração que permitissem: 1) a economia colonial produzir um excedente que se transformasse em lucros na comercialização da produção no mercado internacional; 2) a criação de mercados coloniais a produção metropolitana; 3) apropriação do lucro gerado pela colônia quase que integralmente pela burguesia metropolitana.

As condições históricas deste primeiro momento de ocupação das terras brasileiras, permitem compreender as especificidades do estabelecimento das fronteiras no Brasil, o papel assumido pela colônia brasileira está associado aos contextos políticos e econômicos que surgiam em Portugal, assim como a necessidade de ocupação efetiva do território por parte dos portugueses.

De acordo com Velho (1976, p. 115) compreender o processo brasileiro de ocupação significa perceber como a fronteira se estabeleceu no Brasil, cujas características se apresentam de forma diferenciada, pois se estabelecem “mais como uma interpenetração do que como avanço, mais como uma relação com o meio do que como uma projeção sobre ele, mais como uma busca intermitente por um jardim das delícias do que uma construção sistemática de um”.

Existe, portanto, uma associação direta entre a ocupação das terras brasileiras e o estabelecimento das suas fronteiras, foram as condições naturais vigentes que determinaram as áreas a serem ocupadas e conseqüentemente a expansão da fronteira.

Segundo Léna (1988, p. 92) a noção de fronteira no Brasil se confunde com a sua história, compreende a ocupação demográfica e econômica do território, entrecortada de pausas e saltos para frente, de ciclos econômicos baseados em uma atividade ou um produto. Um novo ciclo pode integrar, valorizar ou fazer recuar um povoamento, valorizando espaços até então deixados de lado, ou ainda estender-se a regiões ainda não ocupadas ou fracamente povoadas.

A busca pelos recursos naturais existentes no território brasileiro e sua



valorização no mercado internacional determinaram como se daria a ocupação das áreas, sua expansão ou retração. Sendo assim, podemos afirmar que a expansão inicial da fronteira brasileira, ocorreu segundo as necessidades que se estabeleciam no mercado internacional.

Diferente do estabelecimento das fronteiras em outras regiões do mundo, as fronteiras no Brasil não surgiram para atender a demanda nacional, quando Portugal passa a colonizar as terras brasileiras a população local era constituída de índios, que viviam totalmente integrados a natureza, as riquezas naturais e a terra eram coletivas, e utilizadas para satisfazer suas necessidades. Os indígenas não tinham noção de propriedade privada da terra, esta noção é trazida pelos portugueses, e é a partir daí que a fronteira passa então a ser instituída.

Além do processo de incorporação das áreas, a expansão da fronteira traz consigo um elemento importante que é a construção do que hoje conhecemos como sociedade brasileira, que vai se traduzir no conjunto de normas e costumes trazidos pelos colonizadores iniciais, assim como nas suas regras e formas de acesso à terra, responsáveis pela constituição da base de formação social, política e econômica do Brasil.

Podemos destacar como elemento determinante do estabelecimento das fronteiras no Brasil, a incorporação do seu território na divisão territorial e social do trabalho em três grandes setores: a marinha que corresponde as terras próximas ao litoral com o domínio da grande lavoura escravista; o sertão, o vasto 'hinterland' complementar da economia litorânea, onde a pecuária extensiva constituía a principal atividade econômica e as relações de trabalho escravistas foram dominantes e, as minas, que representaram um denso povoamento de porções determinadas do interior e ativaram fluxos comerciais importantes tanto com a marinha quanto com o sertão (BECKER; EGLER, 1994, p. 91).

Foi o desenvolvimento econômico

nestes três setores, que estavam influenciados, sobretudo, pelas condições naturais existentes no Brasil que permitiram a expansão da fronteira brasileira, uma vez que neste momento a busca de riquezas naturais e a sobrevivência da população envolvida foi o que determinou tal expansão.

O período anterior as plantations, caracterizado pela exploração do pau brasil, não pode ser associado ao estabelecimento da fronteira no Brasil, pois constituiu-se como uma atividade primordialmente extrativista, de cunho exploratório, sem a criação de laços sociais, econômicos e políticos e sem o estabelecimento das formas de acesso e propriedade da terra.

O estabelecimento das plantations, constitui um marco de extrema importância no estabelecimento das fronteiras no Brasil, pois foi a responsável pelas demais atividades econômicas implantadas, que estavam subordinadas a ela, ou constituíam uma forma de economia próxima a subsistência (VELHO, 1976).

Estas outras modalidades de economia, na qual podemos destacar a criação de gado, a exploração mineral, a coleta de especiarias na floresta, e o campesinato marginal, foram também largamente responsáveis pela extensão das nossas fronteiras políticas, muito além do domínio efetivo da plantation (VELHO, 1976).

Segundo Freyre a "colônia de plantaço³" representava uma nova fase e um novo tipo de colonização, não mais baseado na extração pura de riqueza mineral, vegetal ou animal, mas na exploração local de riquezas.

A implantação das colônias de plantaço no Brasil ocorrem como uma alternativa e, segundo Freyre (2004, p.17) representam uma técnica econômica e uma política social inteiramente nova; a primeira, representada pela utilização e

³ Colônia de Plantação é a designação que Gilberto Freyre dá para as Plantations, que é um sistema agrícola baseado na cultura de um único gênero alimentício (monocultura), baseado na grande propriedade, voltados para a exportação.



desenvolvimento de riqueza vegetal pelo capital e pelo esforço do particular; a agricultura; a sesmaria; a grande lavoura escravocrata e a segunda, pelo aproveitamento da gente nativa, principalmente da mulher, não somente como instrumento de trabalho mas como elemento de formação familiar.

Além disso, as características sociais, de relação com a terra, de formas de trabalho e de organização social que permearam a implantação das plantations foram de fundamental importância para a construção da sociedade da época, algumas ainda presentes na sociedade atual.

Segundo Velho (1976) o fim das plantations está associada a expansão das fronteiras no Brasil, principalmente na transferência de mão de obra, seja para as plantations cafeeiras do Centro-Sul, ou para a exploração da borracha na Amazônia.

O modelo de exploração agrária adotada no Brasil, a grande propriedade se constitui como uma herança deste período, primeiramente associada a implantação das capitâneas hereditárias, que entregou a iniciativa privada o ônus da ocupação do território, apresentando em princípio características feudais, pois cabia aos donatários um direito eminente, quase soberano sobre o território da capitania e que se expressava por vários tributos pagos a coroa (PRADO Jr., 1963, p.14)

O sistema de capitâneas hereditárias não deu certo e em um segundo momento, as terras foram distribuídas dentro de um novo regime jurídico, as sesmarias. A propriedade do sesmeiro era alodial, isto é, plena, não existindo nenhum outro ônus além do pagamento da dizima a ordem de Cristo, que era afinal um simples imposto. Não comportava nenhuma relação feudal, de vassalagem ou outra, as terras eram alienáveis por livre disposição dos proprietários e não criavam nenhum laço de dependência pessoal, o que caracterizava a sesmaria era a obrigação do seu aproveitamento por parte do beneficiário, dentro de um certo prazo que era de cerca de cinco anos (PRADO Jr., 1963, p.

15).

A economia agrária colonial teve como modelo a grande exploração rural, que ocorreu nas grandes lavouras de cana, nos extensos latifúndios pecuaristas ou nas demais indústrias agrícolas que embora em menor escala, sempre se revestiram do caráter das grandes explorações. Dentro deste contexto, a família rural ou semirural constitui, desde o séc. XVI como o grande fator responsável pela colonização do Brasil (FREYRE, 2004; HOLANDA 1995, PRADO Jr., 1963).

Para Freyre (2004, p.22) a nossa verdadeira formação social se processa a partir de 1532, quando se tem a família rural ou semirural por unidade, “quer através de gente casada vinda do reino ou de famílias aqui constituídas pela união de colonos com mulheres caboclas ou mesmo com mulheres mandadas de Portugal pelos padres casamenteiros”. A adoção do ruralismo não ocorreu espontaneamente, foi uma escolha em virtude das circunstâncias, entre as quais Freyre (2004, p.24) destaca: as qualidades e as condições físicas da terra, as condições morais e materiais de vida e cultura dos seus habitantes, a ausência de uma riqueza organizada e a falta de uma base para uma organização comercial.

A pequena propriedade não encontrou terreno favorável para o seu desenvolvimento na colônia por diferentes fatores, nos quais podemos destacar; a dificuldade do desbravamento de terras ainda virgens, o elevado custo para a construção do *know how* necessário para o beneficiamento da produção e a falta de mercado interno e externo para escoamento dos produtos. A economia agrícola constituiu a base material da colônia, sendo a sociedade colonial reflexo dessa base material agrária, assentada na mão de obra essencialmente escravista, tanto negra quanto indígena.

Sendo assim, é possível afirmar que a fronteira no Brasil ocorreu dentro de um contexto de desbravamento e ocupação, caracterizada como uma frente de ocupação, sem um planejamento pautado em intenções políticas, econômicas ou geopolíticas.



As condições naturais presentes foram determinantes nesse processo servindo como barreira para expansão da ocupação e como condicionantes na escolha da produção, das formas de acesso à terra e do regime social vigente.

O estabelecimento das primeiras fronteiras no Brasil tem como função cumprir o papel de atender as necessidades econômicas internacionais, o ideal da fronteira balizado na possibilidade de recursos inexplorados e na potencialidade para uma ocupação futura teve como foco atender os colonizadores, neste caso Portugal.

Características da fronteira brasileira

As características da fronteira brasileira estão pautadas no seu processo de formação social e espacial que teve seu início marcado pela implantação colonial. Sendo assim, a fronteira brasileira refletirá a composição de todas as políticas econômicas e sociais que estiveram presentes no processo de ocupação de suas terras.

Uma das características iniciais da fronteira brasileira é a sua capacidade de combinar a mudança e a permanência, que segundo Velho (1976, p. 120) ocorrem em países que não passaram por uma experiência de revolução burguesa. No Brasil, associa-se ao fato de que após a independência, a natureza de dominação política dentro do país não se alterou, apenas em alguns dos seus agentes, as mudanças que ocorreram foram somente no interior da classe dominante.

Os interesses agrários mantiveram um controle completo sobre o Estado e algumas tentativas que ocorreram de acompanhar a revolução industrial fracassaram, o que interessa a classe dominante era o livre comércio (VELHO, 1976, p. 121).

Todo esse processo, levou o Brasil a viver uma ideologia de possuir uma “vocação agrícola”, as mudanças somente ocorriam na forma especial de transforma es, com ajustes necessários a ocorrências internacionais ou quando práticas anteriores se tornavam desnecessárias ou inadequadas,

sem nunca representar uma ruptura radical com o passado (VELHO, 1976).

A ruptura com o passado não ocorria, pois não existia no Brasil uma classe de proprietários fundiários anteriores, e depois distintas dos capitalistas que possuíam os meios de produ o. O desenvolvimento do capitalismo da agricultura no Brasil, iniciou sem que todas as terras se encontrassem apropriadas, existia uma fronteira em movimento que permitia a ocupa o de novas terras sem a melhoria das técnicas, o monopólio da terra não existia, e somente foi estabelecido com a cria o da lei de terras em 1850 (SILVA, 1981, p. 48).

Segundo Silva (1981, p.115) a fronteira não pode ser pensando como algo externo ao modelo agrícola brasileiro, pelo contrário ela   ao mesmo tempo condicionante, e resultado da nossa moderniza o dolorosa do campo. Condi o que levou o Brasil a permanecer ao longo da sua história como produtor agrícola, pois o desenvolvimento da sua agricultura ocorre na maioria das vezes de forma extensiva priorizando a ocupa o de novas áreas. A intensifica o da produ o somente ocorre em áreas de antigas fronteiras onde a terra escasseou, e o capital incorporou o progresso técnico a agricultura. A abundância de terras livres nas fronteiras brasileiras, leva a uma não intensifica o das técnicas de produ o e faz da fronteira no Brasil uma área de expansão ou avanço.

No Brasil essa fronteira, sin nimo de expansão ou avanço, associada ao modelo agrícola brasileiro, apresenta em épocas mais recentes um conjunto de significados, segundo Silva (1981, p. 118):

- a) No plano social, a fronteira representou e representa uma orienta o dos fluxos migratórios, especialmente das popula es rurais. Ela   a recria o da popula o camponesa expulsa de áreas de agricultura mais desenvolvida, e   destino de pequenos produtores expropriados e dos excedentes populacionais, especialmente do Nordeste e mais recentemente do Sul do País;
- b) No plano econômico a fronteira tem servido como uma espécie de armazém regulador dos



preços dos gêneros alimentícios de primeira necessidade consumido pela população urbana, especialmente a de baixo poder aquisitivo. Quando a produção de alimentos do Centro-Sul por algum motivo se escasseava, os excedentes dos camponeses das regiões de fronteira, supriam as necessidades do mercado nacional, funcionando como estabilizador dos preços;

- c) E por fim, a fronteira tem serviço como válvula de escape das tensões que tem ocorrido no campo. Os projetos de colonização no Brasil foram pensados como uma alternativa na estrutura da propriedade da terra. Segundo Ianni (1979, p. 103) para não distribuir terras, nem redistribuí-las em nenhuma área ou região de “tensão social”, o Estado continua a ser levado a realizar uma modesta distribuição ou redistribuição de terras devolutas, tribais em algumas áreas da Amazônia.

A expansão ou avanço verificada nas fronteiras brasileiras, não ocorrem de forma unilateral sem embates ou conflitos, corresponde a uma fronteira de experiências, mutações e transações múltiplas e complexas, que envolve o homem branco e índio, civilização e primitivismo, áreas ocupadas e não ocupadas e postos avançados e comunidades autônomas (VELHO, 1976, p. 114).

A fronteira brasileira compreende o lugar do encontro dos diferentes entre si, tais como os índios e os civilizados, os grandes proprietários de terra e os camponeses pobres. O conflito, porém, faz com que a fronteira seja essencialmente e a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e do desencontro. Não só o desencontro e o conflito, reflexo das diferentes concepções de vida e visões de mundo de cada um dos grupos humanos. O desencontro na fronteira é o desencontro de temporalidades históricas, pois cada um destes grupos está situado diversamente no tempo da história (MARTINS, 2014, p. 133).

Dentro deste contexto, cada um dos grupos humanos inseridos na fronteira (indígenas, camponeses, peões, pequenos

agricultores, empresários, etc) tem seu próprio tempo histórico, considerando que a inserção ou não na fronteira econômica indica também diferentes níveis de desenvolvimento econômico que, associado a níveis e modalidades de desenvolvimento do modo de vida, estão associadas a datas históricas distintas e desencontradas no desenvolvimento da sociedade, mesmo contemporânea, esta inserção em diferentes etapas não diz respeito somente ao desenvolvimento econômico, mas também, as mentalidades, aos vários arcaísmos de pensamento e as diferentes condutas (MARTINS, 2014, p.138).

Todas estas diferenças definem a individualidade das pessoas e a identidade dos grupos, porém, as diferenças nos tempos históricos dos grupos que compõem a fronteira acabam sendo agrupados pela mediação do capital, que consegue juntar tudo sem destruir essa diversidade de situações.

A fronteira amazônica

A constituição da fronteira amazônica não apresenta semelhanças com o processo ocorrido na fronteira norte americana no século XIX (VELHO, 1976), associada ao movimento de produtores familiares, nem tão pouco às frentes pioneiras que se desenvolveram no Centro Sul do Brasil na primeira metade do século XX (MONBEIG, 1952).

Está associada sobretudo, a inserção do Brasil no capitalismo mundial e a organização causada por este na sociedade brasileira (CARDOSO e MULLER, 1977, BECKER, 1988) assumindo dinâmicas específicas quando em contato com as especificidades regionais.

Uma leitura de Marx, segundo Harvey (2005) afirma que o crescimento econômico no capitalismo, ocorre segundo um processo de contradições internas, que se manifesta na forma de crises. Crises estas que são inerentes ao modo de produção capitalista.

O Brasil neste momento vivenciava um período de crises, que representavam a



necessidade de dar continuidade ao crescimento do centro dinâmico do Sudeste, e a solução para os problemas de tensão social que se estruturavam no Nordeste.

As crises apresentam, porém, uma função importante, que é impor uma certa racionalidade no desenvolvimento econômico do capitalismo. “Isso não quer dizer que as crises sejam ordenadas ou lógicas, de fato criam condições que forcem algum tipo de racionalização arbitrária no sistema de produção capitalista (HARVEY, 2005, p. 46-47).

A reação as crises, segundo Harvey (2005) será a renovação da acumulação como forma de sustentar o sistema capitalista, que ocorre através de mecanismos como: penetração de capital em novas esferas de atividade, criação de novos desejos e novas necessidades de consumo, pela facilitação e estímulo para o crescimento populacional e pela expansão geográfica para novas áreas.

A criação de novos espaços para acumulação do capital foi o caminho tomado pelo capitalismo para a resolução da crise que se estruturava no Brasil. A Amazônia foi a região de expansão geográfica do capital, escolhida sobretudo, pelo seu elevado potencial natural e político, assim como, pela sua disponibilidade de mão de obra e mercado consumidor.

A racionalização criada pela expansão do capital apresenta como resultado custos sociais, que se manifestam no plano político na forma de falências, colapsos financeiros, desvalorização de recursos ativos fixos, concentração de poder político e econômico e no plano social, na forma de lutas de classes e movimentos revolucionários, que ocorrem na grande maioria das vezes pelo embate temporal e social com as populações pré-existentes nas áreas de expansão do capital.

No caso, da discussão do processo de formação da fronteira amazônica, estes conflitos estão muito presentes, pois sua constituição envolve diferentes grupos sociais, que inclui os pequenos produtores, as populações tradicionais, os indígenas e os empreendimentos capitalistas e suas

diferentes formas de apropriação do espaço. Todo este processo vai apresentar em cada período histórico características diferenciadas associadas a capacidade de cada um dos grupos envolvidos na transformação do espaço amazônico.

A fronteira assume assim, diferentes papéis diante da sociedade nacional, Rattner e Udry (1987, p. 27-29) a define segundo quatro teses:

1. A primeira tese trata do suposto “fechamento” da fronteira, que ocorre como resultado da penetração de relações capitalista na Amazônia, na forma de apropriação de terras devolutas que se transformam em grandes propriedades, expulsando os pequenos produtores rurais. O movimento neste caso é duplo, inicialmente tratava-se de uma fronteira de expansão onde a terra era apropriada, sem ser objeto de transação mercantil, pelas frentes de expansão. Posteriormente, essa apropriação ocorre pela fronteira pioneira, ou econômica, onde ocorre sua progressiva incorporação a economia de mercado.
2. Na segunda tese os autores identificam um fenômeno de “esvaziamento” da fronteira, associado ao fato de que o processo de industrialização da agricultura brasileira direcionou os investimentos para a região Centro-sul, a fronteira não tem qualquer função que a integre na dinâmica do crescimento econômico, frustrando a expectativa daqueles que consideram a possibilidade de um desenvolvimento contínuo da fronteira.
3. A terceira tese enfatiza a importância da fronteira como produtora de alimentos básicos. O processo de industrialização da agricultura levou a um processo de retração na oferta de alimentos, que foi suprida em partes pela produção dos pequenos agricultores da região de



fronteira. Essa produção teve como foco o suprimento de alimentos básicos das populações mais pobres das grandes cidades.

4. A quarta tese privilegia o papel da fronteira como absorvedora de fluxos migratórios, como uma válvula de escape para as tensões sociais, em regiões mais densamente povoadas, principalmente os grandes centros urbanos.

Podem ainda ser destacados outros estudos que caracterizam a produção da fronteira, não como destinada a abastecer o mercado metropolitano, e sem o seu próprio abastecimento ou de centros do nordeste brasileiro, que sua expansão ocorre dentro de um contexto urbano, que a migração para a fronteira não ocorre de forma espontânea mas sim induzida pelo Estado, que a fronteira é sede não só de grandes projetos subsidiados pelo Estado mas também, de formas de produção vinculadas a várias frações do capital (BECKER, 1982, 1985; MACHADO, 1983, 1984; MIRANDA, 1984)

Autores como Ianni (1979), Monte-Mór (1994) atribuem como fatores determinantes daquela expansão a disponibilidade de terras livres e o excedente de força de trabalho liberados das áreas capitalizadas. Para outros, como (Silva, 1981; Rattner e Udry, 1987) os parâmetros explicativos seriam o aumento da demanda de produção de alimentos e matérias primas das áreas industrializadas, que ocorreu sob a dominação do capital comercial que articulou a fronteira mesmo através de formas não capitalistas de reprodução.

Independente dos diferentes fatores que levaram a expansão da fronteira, podemos afirmar que o modelo de desenvolvimento aplicado na Amazônia, a partir da década de 1960, ocorreu de uma íntima associação de interesses de grandes capitais nacionais e internacionais, regido por um projeto geopolítico de cunho militar e com suporte das agências multilaterais de fomento ao desenvolvimento, como o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e BIRD (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento).

Características da fronteira amazônica

A incorporação da fronteira amazônica compreendeu um processo permeado de elementos próprios que combinados concederam a região características peculiares. Segundo Becker (1988) a flexibilidade é a característica mais marcante do processo de expansão da fronteira, que se traduz nas inúmeras formas de adaptação as novas conjunturas por parte dos agentes e das suas estratégias no processo de ocupação. Esta flexibilidade, dependendo da forma como os diferentes elementos sociais, políticos e econômicos se arranjam, acarreta em diferenças na forma como o processo de ocupação ocorre.

Sendo assim, segundo Becker (1988, p.71) a fronteira amazônica pode ser caracterizada a partir de uma divisão em quatro períodos que leva em consideração os agentes e as estratégias de ocupação do espaço:

1. As décadas de 1950 e 1960 quando a fronteira teve um caráter agrícola, impulsionada por frações não monopolistas do capital;
2. Período pós década de 1969 quando passou a dominar a apropriação especulativa de terras, associada a atividades não produtivas, efetuada pela fração monopolista do capital;
3. A década de 1980 momento em que dominou o capital financeiro internacional, o grande capital parece se retrair na fronteira tendendo a se afirmar seletivamente. Os fazendeiros e os pecuaristas, dependem nesse momento de incentivos e de créditos que irá determinar se irão ampliar seus investimentos ou direcionar para produtos de exportação. Fortalece-se a condição de fronteira como "lócus" de pequenos produtores cuja capitalização decorre da acumulação proveniente de múltiplas atividades desenvolvidas pelos diferentes membros da família;



4. E por fim, a década de 1990 marcada por um duplo processo. A implantação da fronteira socioambiental que reproduz o modelo de desenvolvimento endógeno, voltada para uma visão interna da região e para os habitantes. E uma retomada do planejamento territorial da União fortalecendo o vetor tecno-industrial, reunindo interessados na mobilização de recursos naturais e negócios para a região, favorecendo a retomada de forças exógenas interessadas na exploração de recursos para a exportação, o que conflita com a fronteira socioambiental.

Dentro destes quatro períodos podemos identificar diferentes grupos sociais envolvidos no processo de ocupação da fronteira amazônica, que segundo Rattner e Udry (1987, p. 54-55) englobam:

1. O primeiro formado pelos trabalhadores rurais sem-terra, deslocados para estas áreas em função do avanço das culturas mecanizadas da soja e da cana de açúcar;
2. O segundo grupo é representado pelos pequenos produtores rurais que perderam suas terras em consequência do avanço da agricultura mais intensificada e tecnificada, ou devido a construção de represas hidrelétricas que exigiram a desapropriação de suas terras;
3. O terceiro grupo é composto por numerosas tribos indígenas que sofreram o impacto do avanço da civilização urbano-industrial, quando suas economias de subsistência entram em contato com a racionalidade dos empreendimentos capitalistas;
4. E por fim, as empresas modernas e altamente capitalizadas, de propriedade do capital nacional ou estrangeiro, atraídas para a região em função dos diferentes favores e incentivos fiscais e tributários concedidos pelo governo Federal.

Cada um destes grupos sociais não estiveram presentes de forma isolada em cada um dos períodos do processo de ocupação da fronteira, mas estiveram presentes em períodos concomitantes, sua diferenciação não ocorre somente por seus recursos,

incluindo o nível de renda e escolarização, mas sobretudo, a sua inserção ou integração à sociedade e suas relações com os grupos detentores do poder, o que determina a sua capacidade de obter créditos, empréstimos ou subvenções (RATTNER e UDRY, 1987, p. 55).

A ação dos diferentes grupos na transformação do espaço é outro elemento importante na definição das características que a fronteira amazônica assume. O espaço neste momento, surge como o instrumento de concretização das ações do Estado, o econômico é reconsiderado em termos espaciais, a partir dos fluxos e estoques, ficando o Estado com a função de controlá-los e assegurar sua coordenação, integrando e rompendo o espaço anterior, produzindo seu próprio espaço (BECKER, 1988, p. 66).

Sendo assim, a fragmentação do espaço e a formação de novos territórios na fronteira resultam da interação de duas malhas territoriais de diferentes níveis; a) a malha sócio-política composta pelo espaço vivido construído pelos grupos sociais que concretamente se instalaram na fronteira, que dependendo do seu potencial político servem como grupo de pressão ou de manobra política, é institucionalizado, dando origem a novas unidades da federação, principalmente municípios; b) a malha político-ideológica constituída pelos territórios apropriados e geridos diretamente pelo aparelho do Estado, em áreas dotadas de recursos estratégicos e conflitos potenciais ou reais, tais como áreas de limítrofe com outros países e áreas de conflitos com limites criados pela malha do espaço vivido (BECKER, 1988, p. 78)

É possível então, identificar uma primeira divisão do espaço amazônico na escala nacional/regional, representado pela divisão da Amazônia Legal. Essa homogeneidade regional é fragmentada em dois conjuntos homogêneos sub-regionais: a Amazônia Oriental, onde é intensa a ação do aparelho do Estado, e Amazônia Ocidental (Principalmente norte do Mato Grosso) onde é forte a iniciativa privada.

A parte oriental acolheu, desde o início



do século migrantes oriundos do Nordeste, ocupados na produção da castanha. Posteriormente, esse fluxo que dura até a década de 1960, encaminha-se para o sul do Pará e para o norte do Mato Grosso alojando-se com os migrantes da Belém-Brasília, constituindo uma frente de trabalho aberta pelo governo naquela época (RATTNER e UDRY, 1987).

Os conflitos foram mais presentes na região Oriental, pois a fronteira fechou-se mais rapidamente o que levou o governo criar órgãos específicos para administrar a questão fundiária – GETAT (Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins), já na região do norte do Mato Grosso a ocupação foi realizada essencialmente pela iniciativa privada, o que sugeriu uma certa restrição ao acesso à terra (RATTNER e UDRY, 1987).

O caso da Amazônia Ocidental foi diferente, pois a origem dos seus migrantes remonta do fenômeno de fechamento da fronteira no Estado do Paraná, entre 1940 e 1960. O conjunto de experiências trazidas por estes migrantes é completamente diferente dos migrantes nordestinos e resultará numa forma diferenciada de organização do espaço amazônico.

O lado Ocidental era mais favorecido do ponto de vista da qualidade das terras e das condições para a fixação definitiva do homem para a acumulação do capital, porém existia uma certa fragilidade institucional que possibilitava conflitos com relação a terra (RATTNER e UDRY, 1987)

Os conjuntos sub-regionais, por sua vez, são divididas em unidades pelas sociedades locais em: 1) território de ocupação induzida pela Belém-Brasília e pelo crédito para a pecuária, o primeiro a ser ocupado, onde dominam os fazendeiros individuais e os pequenos produtores; 2) o território de ocupação dinamizada por incentivos fiscais, de domínio da grande empresa agropecuária, com trabalhador assalariado, no sul do Pará e no quadrante nordeste do Mato Grosso; 3) o território de ocupação dirigida pela colonização oficial da transamazônica e Rondônia onde dominam colonos com

trabalho familiar; 4) os enclaves de ocupação tradicional, onde latifundiários tradicionais, fazendeiros e posseiros disputam a terra, e a gestão do governo central passou a ser direta (GETAT); 5) o território da colonização particular, na órbita da rodovia Cuiabá-Santarém, na verdade territórios, dado a variedade de colonos em termos de grau de capitalização e de controle o organização que exercem e por fim uma nova malha que se justapõem ou interpõem as anteriores formada pelas empresas agropecuárias e grandes projetos de exploração mineral (BECKER, 1988, p. 81). Cada uma destas áreas apresenta como característica em comum, comportarem diferentes conflitos pela posse da terra, devido não existir no Brasil uma política fundiária nacional.

Os diferentes objetivos dos grupos sociais participantes da incorporação da fronteira chocam-se entre si, os programas de desenvolvimento do governo federal entram em conflito com a meta dos assentamentos de migrantes, assim como o estabelecimento das indústrias minerais e agropecuárias.

Rattner e Udry (1987, p.40) identificam três frentes de conflito na fronteira amazônica; a primeira formada por trabalhadores assalariados rurais, do Centro-Sul, a segunda composta por posseiros, que tradicionalmente relutam em abandonar a terra, ou então conseguem comprovar ao governo um período de ocupação de no mínimo cinco anos para fazer jus ao título de propriedade e a terceira composta por trabalhadores sem-terra e migrantes. Configurando braços disponíveis para o trabalho de quem possa eventualmente emprega-los.

É possível acrescentar ainda, a frente de conflito formada pelos povos indígenas que não aceitam a ocupação de suas terras, as considerando como suas, mesmo sem o documento da terra, e a frente de conflito gerada com a implantação das empresas minerais e agropecuárias.

O grande vetor de todos estes conflitos é a condição jurídica da terra, a falta de legalização de títulos de posse ou de



propriedade, sempre atuou como elemento propulsor das suas disputas. No Brasil, o Estado assume o papel de definidor da propriedade, esta costuma ser titulada antes de ser ocupada. Herança trazida desde a implantação do Brasil colônia, com o estabelecimento das capitânicas hereditárias e sesmarias.

Pouco se desenvolveu no Brasil quanto aos seus sistemas de titular, cadastrar e registrar as terras, o maior desenvolvimento diz respeito aos aspectos tributários, cujo discurso visa a taxação no intuito de um maior aproveitamento social (RATTNER e UDRY, 1987).

Na fronteira a questão da legalização assume uma importância maior, sobretudo, para os diferentes grupos sociais envolvidos na ocupação do espaço. A legalização é tida como uma condição prévia para fomentar a ocupação e o desenvolvimento, e o Estado não apresenta mecanismos para conseguir tal feito. Outro aspecto importante, é que não são desenvolvidos meios de prevenção dos conflitos pela terra, seja na fixação dos contingentes migratórios ou no aprimoramento na demarcação de terras (RATTNER e UDRY, 1987).

A incorporação da fronteira amazônica

As transformações no modelo de ocupação da Amazônia e o estabelecimento das suas novas fronteiras estão associadas ao novo modelo de desenvolvimento econômico implantado no Brasil a partir de meados de 1930, atingindo seu ápice após 1964 com o golpe militar. O processo de incorporação da fronteira amazônica deve ser entendido, segundo Cardoso e Muller (1977, p. 7) dentro da lógica de expansão do capitalismo que se manifesta na região, a partir das suas formas específicas, guardando a característica de frente pioneira e incorporando, em sua expansão as mais variadas formas sociais de produção, que inclui desde formas compulsórias de trabalho, até relações puramente assalariadas, visto que a expansão do capitalismo não ocorre de modo

homogêneo e retilíneo.

O espaço amazônico vai comportar a convivência de diferentes classes, inseridas em contextos e relações econômicas e sociais muito dispares entre si, formas de reprodução natural convivem com formas de reprodução pré-capitalista, assim como com formas do capitalismo avançado. A fronteira compreende então essa complicada combinação de tempos históricos com processos sociais que recriam formas arcaicas de dominação, com formas arcaicas de reprodução ampliada do capital, como a escravidão. As formas arcaicas ganham vida e consistência por meio de cenários de modernização, e pela forma dominante da acumulação capitalista, racional e moderna (MARTINS, 2014, p. 12).

Todo este processo vem se desenvolvendo, permeado pela lógica de incorporação dos recursos naturais amazônicos, presentes na região desde o séc. XVII, Castro (2010) atribui ao Mito do El Dourado o fundamento do processo de ocupação da região, no qual, nas relações do imaginário, constroem-se a relação do homem com a natureza, e, necessariamente, com os modelos utilizados para sua transformação em mercadoria, fato que permeia as ações e consegue mobilizar sonhos de conquista megalomaniacos, desde a implantação dos primeiros núcleos missionários até as ações dos dias atuais.

A condição de fronteira econômica, produtora de recursos naturais, marcou profundamente as formas de apropriação, uso da terra e organização social na Amazônia. A formação do Estado nacional está intimamente ligado a todo esse processo, e tinha como objetivo o remodelamento de uma nova ordem espacial que visasse atender as demandas do mercado interno, desvinculando o Brasil das oscilações do mercado mundial.

Este processo só pode ser viabilizado, em virtude das políticas que passaram a ser implantadas no governo Dutra⁴ em 1947, que

⁴ As políticas implantadas pelo Governo Dutra, no ano de 1947, vão estimular a industrialização, sem necessariamente terem sido desenvolvidas com este



estimularam o processo de industrialização e não permitiram com que o Brasil voltasse a sua condição de produtor agrícola clássico, visto a nova condição que assumiu na divisão internacional do trabalho.

A implantação do processo de industrialização no Brasil entre os anos de 1930 e 1960, embasado na terceira revolução industrial (das comunicações e informações) segundo Monte-Mór (1994, p. 172), foram os elementos responsáveis pela recente extensão das condições de produção a parcelas mais amplas dos espaços regionais e nacionais, o processo de urbanização extensiva⁵, fator responsável pela expansão das fronteiras rumo a Amazônia.

Paralelamente ao processo de industrialização, temos a construção de uma identidade nacionalista, que teve o seu estabelecimento em 1930 com as políticas do Estado Novo, quando o ideal nacionalista passou a ser sistematicamente incorporado a ideologia do regime, tendo sua materialização com o anúncio da Marcha para Oeste, em 1938.

Iniciado o processo de estabelecimento de uma identidade nacional, as justificativas criadas para a ocupação da Amazônia apresentavam relevância, e encontravam adeptos nos diferentes grupos sociais envolvidos. As políticas e ações que permitiriam a expansão da fronteira amazônica nas décadas posteriores continuaram a ser implementadas. No início dos anos de 1950, o nacionalismo e o intervencionismo estatal prosseguiram e se manifestaram na forma de medidas como a criação do Banco Nacional para o Desenvolvimento Econômico (BNDES), o estabelecimento de categorias múltiplas para as importações (fato que serviu de um

objetivo.

⁵ A urbanização extensiva pode ser definida segundo Monte-Mór (2004, p. 115) como a forma socioespacial que expande as condições urbano-industriais de produção e (re)produção por sobre o espaço regional articulando o urbano e o rural em uma única e (virtualmente) integrada forma urbana, carregando também consigo as especificidades de polis e da civitas: a *praxis urbana*, a política e a cidadania.

poderoso instrumento para a canalização das importações para setores considerados importantes para o desenvolvimento econômico de base), a fixação de limites para a remessa de lucros para o exterior e a criação da PETROBRAS (VELHO, 1976, p. 162).

Em 1956, é formulado o Plano de Metas, que agrupava quatro grandes conjuntos de objetivos: 1) investimentos diretos do governo no sistema de transporte e geração de energia; 2) ampliação e/ou instalação de setores de produção intermediária, com destaque para a siderurgia; 3) instalação das indústrias produtoras de bens de capital; 4) construção de uma nova sede administrativa do país, que acabou se tornando a sua capital, Brasília (RATTNER e UDRY, 1987).

Neste momento, verifica-se uma mudança na classe que comandava o desenvolvimento no Brasil, a burguesia nacional que vinha se desenvolvendo desde os anos de 1930, passou a não ser mais o principal instrumento do estado para o desenvolvimento, em virtude das exigências crescentes de capital e tecnologia.

Isso não significou um simples desaparecimento da burguesia, muitos prosperaram com o crescimento industrial, mas os principais postos dos setores dinâmicos da economia foram assumidos diretamente pelo Estado ou por investidores estrangeiros (VELHO, 1976).

Essas mudanças no papel que a burguesia assumia na sociedade brasileira causou um descontentamento geral da classe, e foi um dos fatores determinantes para o apoio destes, no estabelecimento do golpe militar em 1964.

No plano social, outras transformações são verificadas, há um crescimento significativo da população economicamente ativa no setor secundário entre 1940 e 1980, e um declínio de mais de 60% da população ocupada no setor agrícola, somado a estas desigualdades temos uma forte concentração de renda (RATTNER e UDRY, 1987).

Em relação à produção agrícola esta cresceu de modo extensivo, ocupando novas



terras, o que não descartou a ocorrência simultânea de um processo de modernização tecnológica, restrita a algumas regiões do Centro-Sul e às lavouras voltadas a exportação e para o fornecimento de matéria prima para as indústrias, o que levou ao aumento dos preços dos alimentos de necessidades básicas. A deficiência de alimentos, configurará como um dos argumentos para o processo de ocupação das terras amazônicas, onde o governo tentará nos seus projetos de colonização viabilizar a pequena propriedade para aumentar a oferta de tais gêneros, apesar das grandes distâncias (RATTNER e UDRY, 1987)

De 1961 em diante o crescimento industrial brasileiro apresentou uma queda considerável e foi acompanhado por um período de crise política. Segundo a CEPAL (COMISSÃO DE ESTUDOS PARA A AMÉRICA LATINA), o processo de substituição de importações havia se completado, e qualquer novo crescimento dependeria de um alargamento do mercado consumidor, que serviria de base para a substituição de importações. Tudo isso, só poderia ser realizado através das chamadas reformas estruturais, que permitiria incorporar ao mercado as massas marginais, sendo que uma reforma agrária, estaria entre as primeiras ações (VELHO, 1976).

É possível observar que a ocupação das terras amazônicas como parte das políticas do Estado autoritário, que se estabelecem a partir de 1964, não ocorreram de forma isolada, somente foi possível a sua concretização, em virtude, do quadro político, econômico e ideológico que se estabelecia no Brasil desde meados de 1930, sobretudo, com o estabelecimento das políticas do Estado Novo.

A implantação da fronteira amazônica ocorre, com o estabelecimento das políticas do regime militar que passaram a vigorar a partir do golpe que ocorre em 1964. Quando o regime militar se estabelece, as condições para a incorporação das terras amazônicas já haviam sido implantadas, permitindo assim, a aplicação efetiva das ações.

Fatores como a defesa da extensa fronteira nacional, a proteção de riquezas minerais, a conquista de mercados de difícil acesso e o redirecionamento de trabalhadores rurais sem terra de regiões densamente povoadas para as terras amazônicas, estavam inseridos dentro do pacote de ações do governo (CARDOSO e MULLER, 1977; IANNI, 1979; MAHAR, 1979; BECKER, 1988).

O discurso oficial de integração nacional, ocupação de vazios demográficos e desenvolvimento faziam parte do plano ideológico de incorporação capitalista da Amazônia (CARDOSO e MUELLER, 1977).

O Estado apresentou um papel muito importante dentro das políticas de incorporação da Amazônia, foi o responsável pelos investimentos em infraestrutura, o avalista e o repassador dos recursos vindos do exterior além de estabelecer o conjunto de políticas que concretizariam o propósito de incorporação capitalista da Amazônia.

O governo Federal neste momento apresentou um papel de fundamental importância na consolidação da fronteira amazônica, concedeu às grandes empresas nacionais e multinacionais, incentivos fiscais na forma de descontos de até 50% do imposto de renda nos empreendimentos situados nas áreas mais desenvolvidas do país. A condição era de que esse dinheiro deveria ser depositado no Banco da Amazônia, um banco federal, e que após a aprovação de um projeto de investimento pelas autoridades, fosse constituir 75% do capital de uma nova empresa agropecuária ou industrial na Amazônia, tratava-se de uma doação e não de um empréstimo (MARTINS, 2014).

A incorporação da fronteira amazônica teve como foco principal resolver problemas que a expansão do capitalismo no Brasil fez surgir, mesmo que estes problemas estejam associados à sua inserção na economia mundo, foram as demandas nacionais que comandaram o processo.



Conclusão

O estudo da fronteira como categoria de análise nos permite compreender muitos dos aspectos presentes na constituição da formação socioespacial de uma sociedade, em virtude dos diferentes papéis que assume, dos conflitos que carrega, das classes sociais envolvidas e suas diferentes temporalidades.

No Brasil, o estabelecimento das suas fronteiras esteve associado a construção dos elementos que compõem sua sociedade. Este processo, porém, não se constituiu de forma natural, sem intenções e vontades, ocorreu sempre em virtude dos interesses do capital.

Foi o capital internacional o responsável pela implantação das primeiras fronteiras no Brasil, uma vez que, as terras brasileiras constituíam a região disponível para expansão do capitalismo português, que necessitava de matéria prima, mercado consumidor e mão de obra para se renovar. O fato de não haver uma sociedade organizada economicamente dentro dos moldes capitalistas no Brasil, foi de fundamental importância para a expansão da fronteira que não encontrou obstáculos para sua reprodução dentro dos seus moldes.

Muitas heranças deste período estão presentes na sociedade atual, como nossa estrutura fundiária baseada nos latifúndios, e nossa vocação agrícola. Não se pode esquecer, os hábitos e costumes presentes na sociedade, frutos desta época.

Já o estabelecimento da fronteira amazônica traz consigo muitas das características e heranças da implantação das primeiras fronteiras no Brasil, porém, ocorre dentro de um outro contexto, o do estabelecimento das crises internas no modo de produção dominante.

A incorporação da fronteira amazônica ocorre dentro de um contexto de expansão do capitalismo no Brasil, quando a produção industrial do Centro-Sul do país necessitava se expandir, sendo assim, a fronteira amazônica vai apresentar características próprias na forma como se implanta.

O Estado Nacional foi o responsável pela implantação da fronteira e as políticas

regionais o caminho utilizado, porém, toda uma gama de políticas foi implantada anteriormente, juntamente com a construção de um ideal nacionalista para que o processo pudesse ser estabelecido.

A Amazônia foi a região de expansão geográfica do capital, escolhida, sobretudo, pelo seu elevado potencial natural e político, assim como, pela sua disponibilidade de mão de obra e mercado consumidor, porém, este processo apresenta como resultado custos sociais, que se manifestam na forma de diferentes conflitos, pois sua constituição envolve diferentes grupos sociais e suas diferentes formas de apropriação do espaço.

Tanto a expansão das primeiras fronteiras brasileiras, quanto a expansão da fronteira amazônica tiveram um papel importante no estabelecimento das normas, costumes e constituição jurídica da terra no Brasil.

Seja de forma direta ou indireta, o estabelecimento das fronteiras influenciou na constituição da formação social e política da sociedade brasileira, assim como na forma como os espaços se organizaram, refletindo as características dos diferentes grupos sociais envolvidos.

Uma leitura histórica geográfica do estabelecimento da fronteira nos permite entender como ocorreu a formação e transformação destes espaços, a forma como se estruturaram, seus conflitos e interesses envolvidos, o que facilita a construção de soluções para os problemas e conflitos, tão presentes nestas regiões.

Referências

BECKER, B. K. **Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1982, p. 233.

_____. A fronteira no final do século XX: oito proposições para um debate sobre a Amazônia Brasileira. **Espaço e Debates**, São Paulo, 1985, p. 59-73.

_____. **Significância contemporânea da fronteira: uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia Brasileira**. In:



FRONTEIRAS, Catherine Aubertin (Org).
Brasília: Universidade de Brasília; Paris:
ORSTOM, 1988, p. 60-89.

_____. **Amazônia**. São Paulo: Editora
Ática, 1990.

_____. Fronteira e urbanização repensadas.
In: BECKER, B. K., MACHADO, L. O.;
MIRANDA, M. **Fronteira amazônica:**
questões sobre a gestão do território. Brasília:
UnB, 1990a, p. 131-144.

BECKER, B. K.; EGLER, C. A. G. **Brasil
uma nova potência regional na economia
mundo**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1994.
268 p. (Coleção Geografia)

CARDOSO, F. H.; MÜLLER, G. **Amazônia:
expansão do capitalismo**. São Paulo:
Brasiliense, 1977. 205p.

CASTRO, E. Políticas de Estado e atores
sociais na Amazônia contemporânea. In:
BOLLE, W.; CASTRO, E.; VEJMEKA, M.
(Orgs). **Amazônia: Região Universal e
Teatro Mundial**. São Paulo: Editora Globo,
2010, p. 105-122.

COURLET, C. Globalização e fronteira.
Ensaio FEE, Porto Alegre, v.17, n.1, p. 11-
22, 1996.

FREYRE, G. **Casa-grande & Senzala:
formação da família brasileira sob o
regime da economia patriarcal**. 49ª ed. São
Paulo: Global, 2004.

HARVEY, D. **A produção capitalista do
espaço**. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2005.
251p.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. 26ª
ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, O. **Colonização e Contra
reforma Agrária na Amazônia**.
Petrópolis: Vozes, 1979, 137p.

LÉNA, P. Diversidade da fronteira agrícola
da Amazônia. In: FRONTEIRAS, Catherine
Aubertin (Org). Brasília: Universidade de
Brasília; Paris: ORSTOM, 1988, p. 90-129.

LUXEMBURGO, R. **A acumulação do
Capital: contribuição ao estudo econômico**

do Imperialismo – Anticrítica. 3ª ed. São
Paulo: Nova Cultural, 1988. 195p.

MACHADO, L. O. **Significado e
configuração de uma fronteira na
Amazônia**. Belém: SBPC, 1983. 23p.

_____. **Urbanização e monopólio do
espaço: o exemplo da Amazônia**. Rio de
Janeiro: UFRJ, 1984. 34p.

_____. **Sistemas, fronteiras e Território**.
Rio de Janeiro: UFRJ, p. 2-9, 2002.

MAHAR, D.J. **Desenvolvimento econômico
da Amazônia: uma análise das políticas
governamentais**. Rio de Janeiro: IPEA, 1979.
259p

MARTINS, J. de S. **FRONTEIRA: A
degradação do outro nos confins do
humano**. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2014.

MÉLO, J. L B.de. **Reflexões conceituais
sobre a fronteira**. In: CASTELO, I. R.;
KOCH, M. R.; OLIVEIRA, N.; SCHÄFFER,
N. O.; STROHAECKER, T. M.; (Orgs)
Fronteiras na América Latina: Espaços em
transformação. Porto Alegre: Editora da
Universidade do Rio Grande do Sul-
Fundação de Economia e Estatística, p. 68-74,
1997.

MELLO, J. M. C. **O capitalismo Tardio**. 4ª
Ed. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 29-52.

MIRANDA, M. The role of planned
colonization in the expansion of the frontier in
Amazônia. **Brazilian Geographical Studies**,
Rio de Janeiro, v. 01, p. 377-406, 1984.

MONBEIG, P. **Pioniers et Planteurs de São
Paulo**. Paris: Armand Colin, 1952. 376p.

MONTE-MOR, R. L. M. **Urbanização
extensiva e lógicas de povoamento: um
olhar ambiental**. In: SANTOS, M.; SOUZA,
M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (Orgs.)
Território: Globalização e Fragmentação. São
Paulo: Hucitec/ANPUR, p. 169-181, 1994.

PRADO Jr, C. **Evolução Política no Brasil e
outros Ensaio**. São Paulo: Editora
Brasiliense, 1963.

RATTNER, H.; UDRY, O. **Colonização na**



fronteira amazônica: Expansão e Conflitos.

São Paulo: Instituto de Pesquisas
Econômicas, 1987. 90p.

SILVA, J. G. da. A modernização dolorosa.

**Estrutura agrária, fronteira agrícola e
trabalhadores rurais no Brasil.** Rio de
Janeiro: Zahar, 1981.

SILVA, G.V. A fronteira política: Alguns
apontamentos sobre este tema clássico da
Geografia Política. Macapá. **Revista Acta
Geográfica**, Macapá, ano II, v. 04, p. 7-15,
2008.

VELHO, O. G. **Capitalismo Autoritário e
Campesinato no Brasil.** Rio de Janeiro:
DIFEL, 1976.

